

DOSSIÊ – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO BRASIL: PERCURSOS, FONTES E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

A Matemática do Ensino Sul-Mato-Grossense: vestígios do tecnicismo no Currículo (1970-1980)

The mathematics of teaching in Mato Grosso do Sul: traces of technicism in the curriculum (1970-1980)

La matemática de la enseñanza en Mato Grosso do Sul: vestigios del tecnicismo en el currículo (1970-1980)

Laura Silva Dias¹  e Edilene Simões Costa dos Santos² 

Resumo

Este artigo deriva de uma pesquisa de doutorado, que investigou a matemática emergente dos processos e dinâmicas da produção curricular em Mato Grosso do Sul nas décadas de 1970 e 1980. O estudo possui caráter histórico, com aporte teórico-metodológico da História Cultural alinhado a estudos socioculturais. Analisaram-se documentos oficiais da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como documentos produzidos por municípios e arquivos escolares, tais como currículos, programas de ensino, testes especiais e cadernos da disciplina Estágio. Conclui-se que a matemática resultante desses processos pode ser nomeada como *a matemática do ensino sul-mato-grossense*, caracterizada pela apropriação da pedagogia tecnicista e pela permanência de seus vestígios na cultura escolar até o final da década de 1980, mesmo diante de seu enfraquecimento em outros contextos nacionais.

Palavras-chave: História da Educação Matemática; Cultura Escolar; Currículo; Saberes; Matemática do Ensino.

Abstract

This article, derived from doctoral research, investigates the mathematics that emerges from the processes and dynamics of curriculum production in Mato Grosso do Sul during the 1970s and 1980s. The study follows a historical perspective, grounded in the theoretical and methodological frameworks of Cultural History. Official documents from the State Department of Education, as well as municipal and school archives - including curricula, teaching programs, and internship reports - were analyzed. The analysis, based on the concepts of “mathematics to be taught” and “mathematics for teaching”, reveals that the mathematics emerging from these processes is characterized by the appropriation of technicist pedagogy. These traces became deeply sedimented in the local school culture and persisted until the late 1980s, even as the movement weakened in other national contexts.

Keywords: History of Mathematics Education; School Culture; Curriculum; Knowledge; Mathematics in Education.

Resumen

Este artículo, derivado de una investigación doctoral, investiga la matemática que emerge de los procesos y dinámicas de producción curricular en Mato Grosso do Sul durante las décadas de 1970 y 1980. El estudio posee un carácter histórico, fundamentado en los aportes teórico-metodológicos de la Historia Cultural. Se analizaron documentos oficiales de la Secretaría de Educación del Estado, así como archivos municipales y escolares, incluyendo currículos, programas de enseñanza y cuadernos de prácticas de formación docente. El análisis, orientado por los conceptos de “matemática para enseñar” y “matemática a enseñar”, permite concluir que la matemática emergente de estos procesos se caracteriza por la apropiación de la pedagogía tecnicista. Sus vestigios se sedimentaron en la cultura escolar regional, permaneciendo vigentes hasta finales de la década de 1980, incluso frente a su debilitamiento en otros contextos nacionales.

Palabras clave: Historia de la Educación Matemática; Cultura Escolar; Currículo; Conocimiento; Matemáticas en la Educación.

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) , Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil . E-mail: laura.silvadias@outlook.com.br

²Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) , Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil . E-mail: edilenescc@gmail.com

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo tem como objetivo discutir a constituição da “*matemática do ensino*” no contexto de criação do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da análise de documentos curriculares das décadas de 1970 e 1980. Resultante de uma pesquisa de doutorado concluída em 2025, o estudo busca compreender como ocorreu a (trans)formação dos saberes matemáticos em um contexto de criação de uma unidade federativa, marcado por processos de ocupação e institucionalização. A investigação partiu da seguinte questão: que matemática emerge dos processos e dinâmicas que estão presentes na produção curricular em Mato Grosso do Sul nas décadas de 1970 e 1980? Para respondê-la, estabeleceu-se como objetivo central analisar as transformações no ensino de matemática das séries iniciais (1ª à 4ª série do 1º Grau) e na formação de professores no Magistério de 2º Grau, dentro do recorte temporal delimitado.

Assim, o estudo caracteriza o saber profissional dos professores do Mato Grosso do Sul que ensinaram matemática, contribuindo para a compreensão das raízes das práticas pedagógicas atuais e fomentando investigações da cultura material das instituições de ensino no referido período.

Utilizou-se a História Cultural (Certeau, 1982; Chartier, 1990), como pressuposto teórico-metodológico, operando com os conceitos de apropriação e representação. As fontes mobilizadas incluem guias curriculares, planos estaduais de educação, portarias, provas (testes especiais), cadernos de estágio e propostas curriculares para o magistério, localizados no arquivo da Escola Estadual São José, de Campo Grande e no acervo da UFMS - Câmpus de Coxim.

Como apontam Machado e Mendes (2020, p.185) “a História da Educação Matemática contempla histórias de instituições de ensino, biografias de professores, de movimentos de mudanças e de manuais didáticos”. Nesse campo, estados como Mato Grosso do Sul (MS), criado oficialmente em 1977, permanecem com lacunas na historiografia, distantes de centros produtores de materiais didáticos que foram disseminados pelo país. Podem-se citar, como exemplo, os livros produzidos por Lydia Condé Lamparelli, em São Paulo (Valente, 2023), Diva Noronha no Rio de Janeiro (França; Maciel, 2020).

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução: a primeira apresenta o referencial teórico sobre os saberes *a ensinar* e *para ensinar*; a segunda descreve os percursos metodológicos da pesquisa documental; a terceira dedica-se às análises, subdivididas entre o ensino no 1º Grau e a formação de professores; e a quarta expõe as considerações finais, sintetizando o conceito de *matemática do ensino* e seus vestígios tecnicistas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar a matemática que emerge dos documentos sul-mato-grossenses, mobilizou-se um arcabouço teórico articulado em três eixos: a História Cultural como lente epistemológica, o conceito de Cultura Escolar (Julia, 2001) e os saberes profissionais docentes.

Assume-se, com Certeau (1982), que a operação historiográfica é sempre uma prática situada. Ao analisar documentos curriculares, estes não são tratados como depositários de uma verdade pedagógica, mas como representações (Chartier, 1990) que disputam sentidos sobre o que deve ser ensinado. Mobiliza-se ainda o conceito de apropriação, entendido como o processo criativo pelo qual sujeitos e instituições reinterpretem, ressignifiquem e, por vezes, subvertam as prescrições oficiais. A partir desse conceito, torna-se possível compreender as escolas sul-mato-grossenses não como meras executoras, mas como espaços de (trans)formação curricular. O conceito de cultura escolar, conforme Julia (2001), refere-se ao conjunto de normas, práticas e saberes que definem o funcionamento da instituição escolar. Interessa, particularmente, a tensão entre as normas (prescrições oficiais) e as práticas (usos efetivos no cotidiano).

O referencial mais operatório para a análise documental neste trabalho provém dos estudos de Hofstetter e Schneuwly (2017), que distinguem os saberes *a ensinar* (conteúdos disciplinares a serem transmitidos aos alunos) dos saberes *para ensinar* (conhecimentos profissionais, métodos e técnicas que habilitam o professor a exercer a docência). Essa distinção problematiza a especificidade dos saberes do professor de matemática. Assim, Bertini, Moraes e Valente (2017), a assumem como hipótese teórica de trabalho duas categorias: a existência de uma *matemática a ensinar* e de uma *matemática para ensinar*, as quais constituem os saberes profissionais dos professores que ensinam matemática.

A *matemática a ensinar* pode ser entendida como “um saber advindo do campo matemático, reunindo uma gama de conteúdos que devem ser aprendidos por aqueles que estão em processo de formação” (Valente, 2019, p. 53). A *matemática para ensinar* não constitui um saber de cultura geral; trata-se de um saber específico próprio da formação docente. É preciso ressaltar que a *matemática para ensinar* está articulada ao seu objeto de ensino, a *matemática a ensinar* “cabe somente à profissão docente a posse de um saber para ensinar, uma matemática para ensinar” (Valente, 2019, p. 54).

Por fim, o estudo ancora-se nos debates acerca da pedagogia tecnicista. Conforme Saviani (2008), o tecnicismo, hegemônico no Brasil durante a ditadura civil-militar, buscou organizar a educação a partir dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade aproximando a escola do modelo fabril. Em Mato Grosso do Sul, como demonstraremos adiante, tais princípios sedimentaram-se de forma particularmente duradoura.

3. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem histórico-documental. O percurso metodológico foi estruturado em três fases. Inicialmente, realizou-se um levantamento em acervos públicos e escolares, destacando-se o arquivo permanente da Escola Estadual São José, localizada na cidade de Campo Grande em Mato Grosso do Sul, que preserva documentação administrativa e pedagógica desde a década de 1970. Além disso, consultou-se o acervo de obras raras da Biblioteca da UFMS - Cidade Universitária e Câmpus de Coxim.

Após o levantamento do material, verificou-se a autenticidade e a proveniência dos suportes (papel timbrado, selos, assinaturas, carimbos). A crítica interna interrogou o conteúdo: quem produziu o documento? Com que finalidade? Em que contexto? Essa etapa foi fundamental para que os documentos não fossem tomados como “portadores da verdade”, mas como monumentos (Le Goff, 1990) de um tempo. Em seguida, procedeu-se à etapa da organização dos dados em quadros, cruzando fontes de diferentes naturezas: prescrições curriculares (guias, diretrizes, planos) e documentos da prática (provas, cadernos, relatos). A análise pautou-se pelo método indiciário (Ginzburg, 1989), identificando pistas, vestígios e sinais que embora à primeira vista imperceptíveis, apontam a apropriação local das políticas.

Quadro 1 – Corpus documental analisado por Dias (2025)

Tipo de documento	Descrição	Ano	Fonte de localização
Guia Curricular	Programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série) - PIEMAT	1978	Acervo UFMS/Coxim
Testes especiais	Provas de Iniciação às Ciências - 3ª e 4ª séries	1978	E.E. São José
Plano Estadual de Educação	PEE 1981-1983	1981	SEC/MS
Proposta Curricular	Habilitação Específica para o Magistério	1981	SEC/MS
Caderno	Relato de experiência - estágio supervisionado	1983	E.E. São José
Projeto	Estágio supervisionado	1989	E.E. São José

Fonte: Elaboração pelos autores, baseada em Dias (2025)

O “Quadro 1 - Corpus documental analisado por Dias (2025)” evidencia a heterogeneidade do corpus documental, composto por seis tipologias distintas, produzidas entre 1978 e 1989. Destaca-se a presença de documentos oficiais de âmbito estadual (guias, planos e propostas curriculares) e documentos produzidos no interior da cultura escolar (testes, relatos e projetos de estágio), cujo cruzamento metodológico permitiu identificar tanto as prescrições quanto as dinâmicas de apropriação local.

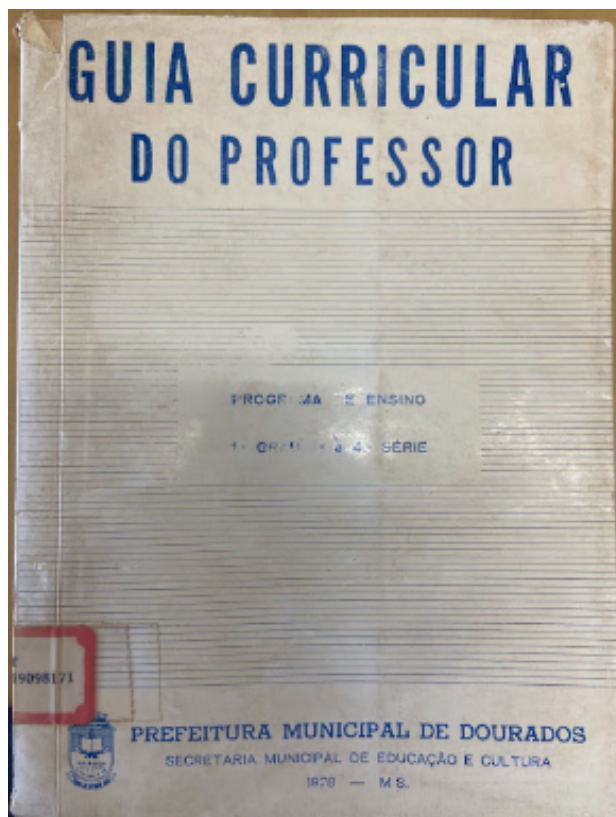
4. ANÁLISES E RESULTADOS

As análises estão organizadas em dois blocos: primeiramente, examina-se os documentos voltados ao ensino de matemática nas séries iniciais; em seguida, debruçamo-nos sobre os currículos de formação de professores no Magistério de 2º Grau.

4.1 O ensino de matemática nas séries iniciais: a pedagogia tecnicista

Para este artigo analisa-se o *Guia Curricular do Professor: programa de ensino de 1º grau*, datado de 1978 (Figura 01). Segundo Dias (2025), o documento surge para atender aos inúmeros professores que procuravam a Secretaria de Educação Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Dourados/MS em busca de orientações sobre o que ensinar ao aluno de 1ª à 4ª série. Este guia, conforme evidenciam suas referências bibliográficas, constitui uma apropriação do Plano Integrado de Educação de Mato Grosso (PIEMAT) de 1971/1975. Trata-se de um documento que chega às escolas sul-mato-grossenses sedimentado com as influências do Movimento da Matemática Moderna (MMM).

Figura 1 – Guia curricular do professor: programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série) de 1978



Fonte: Dourados (1978)

O guia “*Guia curricular do professor: programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série) de 1978*” é composto por 221 páginas divididas por séries. O documento divide-se nas áreas de: Comunicação e Expressão (Língua

portuguesa, período preparatório - somente para a 1ª série -, linguagem oral, leitura, escrita, educação física, educação artística), Integração Social (integração social, educação moral e cívica e ensino religioso), Iniciação às Ciências (ciências, matemática e programa de saúde).

Na introdução de Dourados (1978), informa-se aos leitores que, para a construção do *Guia curricular do professor: programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série)*, foram consultados documentos dos Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Além disso, foram utilizados livros didáticos de autores consagrados, embora não indique quais, é possível indicá-los nas referências bibliográficas. A análise do guia indica a presença de conteúdos tipicamente associados ao MMM, tais como:

- Operações em diferentes bases;
- Relações de equivalência;
- Noções de função e correspondência;
- Introdução precoce à teoria dos conjuntos.

Entretanto, esses conteúdos não eram apresentados como elementos para uma compreensão estrutural da matemática, mas sim como técnicas operatórias descontextualizadas. Observa-se, portanto uma apropriação instrumental do MMM, esvaziado de seu caráter inovador e subsumido à lógica tecnicista.

Corroborar-se a perspectiva de Bertini, Gomes e Oliveira (2018) de que provas e exames integram a cultura escolar, constituindo documentos auxiliares na investigação da *matemática do ensino*, uma vez que guardam vestígios das relações dinâmicas entre o que é prescrito oficialmente e ao que é efetivamente praticado nas escolas. Outro indício contundente do tecnicismo foi identificado na pasta de “Testes Especiais”, encontrado na E.E. São José, situada em Campo Grande em Mato Grosso do Sul.

Figura 2 – Pasta de “testes especiais”



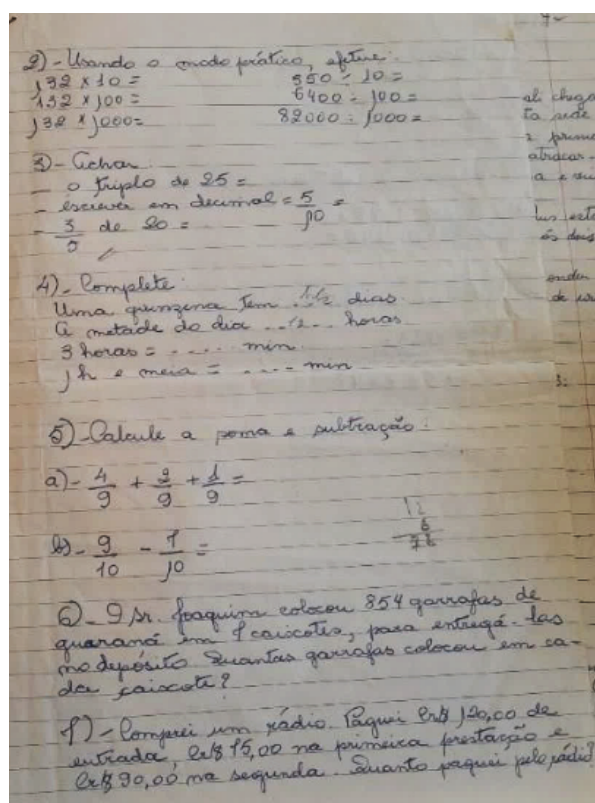
Fonte: Arquivo E.E. São José

O “teste especial” correspondia a uma avaliação aplicada ao aluno com objetivo de regularizar alguma pendência em seu histórico escolar; ocorria, por exemplo, casos de alunos provenientes da zona rural sem registro ou de alunos oriundos de outros estados que não possuíam registro de notas registradas em determinada série. A “Portaria nº 01/77 - Designação de professores para elaboração, correção e aplicação de prova-teste” e o “Ofício Circular nº 13/80 - Procedimento para realização de teste especial”, detalham o procedimento para elaboração, aplicação e correção dessas provas.

Os testes de Iniciação às Ciências da 3ª série são apresentados na “Figura 3: Teste especial, Iniciação às Ciências, 3ª série”. Cumpre salientar que a imagem reproduz apenas parte da avaliação, uma vez que a prova completa era composta por dez atividades. Entre os conteúdos contemplados, identificam-se: escrita de números por extenso com base no sistema monetário da época; multiplicação e divisão com 2, 3 e 4 algarismos; identificação de dias da semana e horas; soma de frações com o mesmo denominador; resolução de problemas do cotidiano envolvendo adição e subtração; conversão de unidades de medida; e operações com números decimais (adição, subtração e multiplicação).

A análise desses conteúdos aponta para um alinhamento substantivo com o guia curricular de Dourados (1978), indicando consonância entre as orientações oficiais e a prática avaliativa. Contudo, identifica-se antecipação curricular no exercício 8, referente à conversão de unidades, habilidade prevista apenas para a 4ª série. Tal deslocamento pode sugerir tanto uma flexibilização da sequência proposta no currículo quanto a adaptação dos conteúdos ao ritmo da turma. Ademais, chama a atenção a ausência de exercícios relacionados a conjuntos e à linguagem simbólica, conteúdos igualmente previstos nas orientações oficiais. Essa lacuna pode indicar uma seleção docente pautada na priorização de habilidades operatórias em detrimento de abordagens mais estruturais ou formais da Matemática.

Figura 3 – Teste especial - Iniciação às ciências - 3ª série



Fonte: Arquivo E.E São José - pasta “testes especiais”

No que se refere ao “Teste especial, Iniciação às Ciências, 4ª série”, reconhecemos uma organização mais sintética, composta por cinco exercícios. Entre os conteúdos abordados, destacam-se: identificação de centenas; resolução de expressões numéricas; problemas contextualizados envolvendo o sistema monetário; identificação de números primos; questões do tipo verdadeiro ou falso relacionadas à linguagem simbólica e a conjuntos; além de operações de multiplicação, divisão e soma de frações com denominadores diferentes.

De modo geral, identificou-se correspondência entre os conteúdos da avaliação e o guia curricular de Dourados (1978). Entretanto, a presença de números primos e de operações com frações de denominadores diferentes (conteúdos não previstos para as 1ª à 4ª séries do 1º grau) aponta para um movimento de ampliação em relação ao currículo oficial. Esse dado pode indicar uma autonomia docente na seleção e organização dos saberes escolares, bem como possíveis influências de outras referências pedagógicas não explicitadas na documentação oficial.

Por outro lado, o exemplo observado na avaliação da 3ª série, verifica-se a ausência de conteúdos de geometria e de números romanos, embora ambos estivessem previstos no guia curricular. Essa recorrência sugere não apenas uma escolha pontual, mas possivelmente uma tendência na prática pedagógica da instituição, que privilegiava conteúdos aritméticos em detrimento de outros eixos da Matemática escolar.

Infere-se, a partir da análise do Guia curricular do professor: programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série) de 1978 que o currículo estava organizado e categorizado pela presença de matérias e de objetivos de aprendizagem, com a *matemática a ensinar* sobrepondo-se a *matemática para ensinar*. Nesse documento, a *matemática a ensinar*, possuía características modernas, como o estudo das propriedades estruturais, fatos básicos, generalizações, relações matemáticas e a precisão de linguagem. Por outro lado, a *matemática para ensinar* envolvia os saberes sobre “o objeto”, a matemática, demarcada pela finalidade do ensino determinado pelo currículo, cabendo ao professor a escolha dos recursos para o ensino. No Guia curricular do professor: programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série) de 1978, não se observa a articulação entre as *matemáticas a ensinar* e *matemática para ensinar* auxiliassem o professor na inclusão da teoria de conjuntos advinda do MMM, pelo contrário, a *matemática para ensinar* reduzia os objetivos de aprendizagem.

4.2 A formação de professores para o magistério de 2º grau

Se a pedagogia tecnicista moldava o ensino, era na formação de professores que ela buscava sua perpetuação. A *Proposta Curricular - Habilitação específica de 2º grau para magistérios de 1ª à 4ª série* (1981) é o documento que auxilia na compreensão dos *saberes para ensinar* que se pretendia instituir.

Figura 4 – Proposta curricular - Habilitação específica de 2º grau para magistérios de 1ª à 4ª série



Fonte: Acervo coleção MS/MT-UFMS

A proposta curricular de *Habilitação Específica para Magistério (HEM) de 2º Grau de 1ª à 4ª série do ano de 1981*, visava atender à nova política educacional vigente. Seu objetivo principal era o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem nas primeiras séries do 1º grau e revitalização da *Habilitação Específica de 2º Grau* para o Magistério de 1º Grau - 1ª à 4ª série.

O documento tinha como finalidade fornecer “apoio à função docente para a preparação adequada do profissional que se deseja formar, objetivando o aprimoramento de qualidade da ação educativa e a melhoria de desempenho do alunado de nosso Estado” (Mato Grosso do Sul, 1981, p.4). Estruturava-se em: introdução, fundamentação da proposta curricular, orientações para operacionalização da Proposta Curricular da *Habilitação Específica de 2º Grau*, para o Magistério de 1º Grau - 1ª à 4ª Série, organização do Currículo Pleno da *Habilitação Específica de 2º Grau* para o Exercício do Magistério de 1º Grau. A proposta estabeleceu a divisão de “Comportamentos Esperados e Conteúdos Mínimos” segmentada em dois grandes blocos:

- Disciplinas de Educação Geral: abrangem Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Inglesa, Geografia, História, Organização Social e Política do Brasil, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programas de Saúde Ensino Religioso.
- Disciplinas de Formação Especial: incluíam Técnicas de Alfabetização, Literatura Infantil, Recreação e Jogos, Biologia da Educação, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, História e Filosofia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Estatística Aplicada à Educação, Metodologia de Comunicação e Expressão, Metodologia de Estudos Sociais, Metodologia de Ciências, Didática, Prática de Ensino e Estágio Supervisionado.

A análise da matriz curricular evidenciou uma ênfase nas metodologias e técnicas de ensino, em detrimento dos fundamentos teóricos da educação. As disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado detinham carga horária expressiva e eram orientadas por uma concepção aplicacionista: o estágio era o momento de “treinar” as técnicas aprendidas.

Figura 5 – Caderno de relato de experiência - 1983 (capa e contra capa)



Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Compasso MS

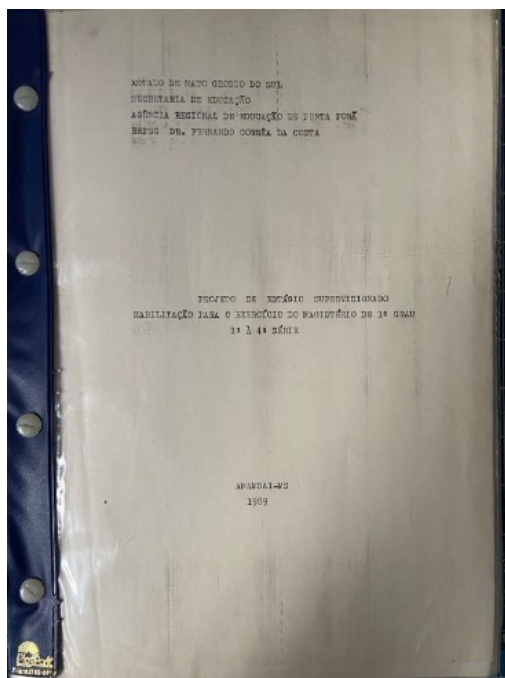
O *Caderno de relato de experiência - 1983* (Figura 5) indica os procedimentos adotados em sala de aula, evidenciando a ênfase no “como fazer” em detrimento do “porquê fazer”. Identificam-se, vestígios do uso de materiais estruturados típicos do tecnicismo, como os Blocos Lógicos. Nas propostas de ensino de geometria, observa-se uma sequência didática que iniciava pelos sólidos geométricos para, somente depois, apresentar as figuras planas. Trata-se de uma inversão em relação à abordagem clássica (plano-sólido), o que revela uma concepção particular de espaço e forma, provavelmente influenciada por manuais didáticos de orientação tecnicista.

No ensino de grandezas e medidas, observou-se uma progressão curricular graduada: iniciava-se com medidas informais na 1ª série, avançava-se para o sistema monetário na 2ª série, e culminava-se no cálculo de áreas e volumes na 3ª e 4ª séries. Os exercícios de cálculo de área, contudo eram resolvidos por mera aplicação de fórmula, evidenciando um ensino mecânico e desprovido de experimentação.

A análise dos documentos datados entre as décadas de 1970 e 1980, permite inferir a permanência prolongada da pedagogia tecnicista em Mato Grosso do Sul. Enquanto, na década de 1980, estados como São Paulo e Rio Grande do Sul já experimentavam críticas contundentes ao tecnicismo e movimentavam-se em direção a pedagogias progressistas (Saviani, 2008), os documentos sul-mato-grossenses analisados por Dias (2025) como o II Plano Estadual de Educação (1985-1987) e o III Plano Estadual de Educação (1988-1991) ainda carregavam referências tecnicista.

Ao analisar *Projeto de estágio supervisionado de 1989* (figura 6), infere-se que, mesmo no final da década, o estágio de observação ainda era estruturado a partir de roteiros padronizados, com ênfase na descrição do comportamento do professor regente e na aplicação de instrumentos de coleta de dados pré-definidos. Não se observam, no documento, espaços para reflexão crítica sobre a realidade escolar ou para análise das contradições inerentes ao cotidiano de sala de aula.

Figura 6 – Caderno - projeto de estágio supervisionado - 1989



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Compasso MS.

O caderno representado na Figura 6 organiza-se em fases de observação, participação regência e relatório, estruturadas por meio de diferentes fichas fornecidas para a disciplina Prática de ensino e estágio supervisionado. A fase de observação consistia na etapa de familiarização do aluno com o ambiente escolar. Nesta etapa, agora

na condição de futuro professor, o estagiário envolvia-se em atividades como estudo do regimento da escola, observação da interação entre aluno e professor, o conhecimento e a execução do planejamento do regente, além do acompanhamento do desempenho da turma durante as atividades.

A ficha “Relatório de estágio de observação de classe”, identificada na Figura 6, apresenta itens estruturados para orientar o futuro professor em pontos específicos da dinâmica escolar. O documento é composto pelas seguintes categorias de observação:

- Classe observada: condições do mobiliário, iluminação, espaço e conservação;
- Quantitativo de alunos: número total de discentes, segmentado por sexo (meninos e meninas);
- Frequência do dia: registro da assiduidade no momento da observação;
- Atividade desenvolvida: área do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Educação Artística ou Educação Física);
- Conteúdo ministrado: assunto específico da aula observada;
- Agrupamento de alunos: classificação da turma como homogênea ou heterogênea e registro da escolaridade anterior;
- Atuação do professor: métodos e técnicas utilizados, materiais didáticos, relacionamento interpessoal, atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem e tipo de liderança exercida.

Na fase de participação, o futuro professor deveria auxiliar os alunos nas atividades em grupo, confeccionar materiais didáticos, planejar e corrigir trabalhos dos alunos. E, por último, o futuro professor deveria analisar os registros do professor regente referentes ao desempenho do aluno. Infere-se que o material ilustrado na figura 6 contenha vestígios dessa etapa, pois apresenta atividades e instruções sobre “como ensinar” conteúdos de matemática alinhados às diretrizes curriculares para o ensino de 1º grau (1ª à 4ª série), conforme observado em Dourados (1971). A fase de regência, por sua vez, consistia no momento em que o futuro professor assumia “a direção das atividades docentes, do planejamento das atividades a serem desenvolvidas, até a verificação do grau de alcance dos objetivos propostos” (Mato Grosso do Sul, 1981, p.148).

O caderno ilustrado na figura 6 refere-se ao estágio realizado na Escola Estadual de Ensino de 1º Grau e 2º Grau Dr. Fernando Correia da Costa, em Amambai/MS em 1989. Delimitou-se, nesse material, a análise dos vestígios concernentes ao ensino de matemática. Em seu relatório, o futuro professor, registra que a abordagem do ensino era tradicional pautada em técnicas de exposição didática e oral, com uso de cartilha e palitos para contagem como material didático. Esse dado corrobora a indicação de Silva (2019) ao demarcar permanência da cartilha “Caminho Suave”, em Mato Grosso do Sul ainda na década de 1980, a despeito da vigência do Movimento da Matemática Moderna no estado. Infere-se, portanto a persistência de nuances da pedagogia tradicional, na qual “as aulas eram marcadas por uma sobrecarga de informações onde a exposição oral e a repetição eram as principais maneiras de ensinar” (Ghemat-Brasil, p. 17, 2016) e o professor detinha a centralidade do saber (Idem). Tal permanência coaduna-se com os relatos colhidos por Almeida (2010), nos quais professores mencionaram a dificuldade de colegas em implementar o ensino de matemática pelo viés da “matemática moderna”, recorrendo a métodos anteriores ao MMM.

Tais indícios permitem inferir que a *matemática do ensino* sul-mato-grossense perdurou sob a égide da pedagogia tecnicista. Não se trata, contudo, de mera reprodução das prescrições federais, mas de uma apropriação que ao longo de duas décadas, sedimentou na cultura escolar local uma forma específica de ensinar, de aprender e de formar professores: centrada no treinamento, na operacionalização de objetivos e na crença na neutralidade dos métodos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retoma-se a pergunta que orientou este artigo: **que matemática emerge dos processos e dinâmicas de produção curricular em Mato Grosso do Sul nas décadas de 1970 e 1980?** A análise empreendida ao longo deste artigo permite responder: emerge uma *matemática do ensino* sul-mato-grossense, cuja principal característica é a apropriação da pedagogia tecnicista, resultando na sedimentação de seus vestígios na cultura escolar por um período de longa duração.

Atingimos, assim, o objetivo proposto. Ao analisar documentos oficiais e escolares, identificou-se que o currículo de matemática para as séries iniciais foi fortemente influenciado pelo PIEMAT, que veiculou uma versão operatória e instrumental do Movimento da Matemática Moderna. Paralelamente, constatou-se que os cursos de formação de professores, na Habilitação específica para o Magistério de 2º Grau, orientaram-se pela lógica da eficiência e do desempenho, resultando na formação de um professor-aplicador de técnicas em detrimento de um educador reflexivo. Essa convergência de fatores evidenciou uma cultura escolar em Mato Grosso do Sul onde o “como ensinar” sobrepôs-se sistematicamente ao “porquê ensinar”, perpetuando os preceitos da pedagogia tecnicista na região.

Para a análise dos documentos, considerou-se a institucionalização do Estado de Mato Grosso do Sul, como ente responsável pela educação pública. Sob esse cenário, partiu-se do pressuposto da existência de *saberes a ensinar e para ensinar* tanto na formação quanto no ensino de escolar. Na análise de tais categorias, evitou-se a compartimentação estrita, visto que os saberes são indissociáveis na prática profissional. Para identificar os indícios desses saberes, buscou-se reconhecer nos documentos oficiais que orientaram os professores, sob premissa de que os saberes docentes não se limitam às ferramentas de trabalhos; eles englobam o saber sobre “o objeto” de trabalho de ensino e de formação, sobre as práticas de ensino e sobre a instituição que define o seu campo de atividades profissional, neste caso o magistério de 2º grau.

As normativas oficiais elaboradas pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul começaram a ser promulgadas apenas no início da década de 1980. Anteriormente, durante a década 1970, a formação docente foi norteadas pelas normas e diretrizes da Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso. No intervalo entre 1977 a 1979, verificou-se uma ausência de diretrizes estaduais próprias, o que levou secretarias municipais de educação a elaborarem seus documentos locais para orientar o ensino de 1º grau (1ª à 4ª série). Quanto às instituições estaduais, estas continuaram a seguir as diretrizes de origem (Mato Grosso) até a promulgação de documentos oficiais de Mato Grosso do Sul, a partir de 1980.

Diante da estrutura preexistente do ensino sul-mato-grossense, buscou-se investigar as transformações ocorridas no ensino da matemática e na formação de professores das séries iniciais do Ensino de 1º Grau (1ª à 4ª série), em Mato Grosso do Sul, nas décadas de 1970 e 1980. O objetivo consiste em verificar que matemática emerge dos processos e dinâmicas que estão presentes na produção curricular em Mato Grosso do Sul na década de 1980.

Infere-se uma transformação curricular para MS, a partir da análise do *Guia curricular do professor: programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série) de 1978* (Figura 1). O documento evidencia um currículo organizado e categorizado por matérias e de objetivos de aprendizagem, no qual a *matemática a ensinar* sobrepõe-se a *matemática para ensinar*. Nesse guia, a *matemática a ensinar*, possuía características modernas, como o estudo das propriedades estruturais, fatos básicos, generalizações, relações matemáticas e a precisão de linguagem. Contudo a *matemática para ensinar* restringia-se aos saberes sobre “o objeto”, demarcada pela finalidade do conteúdo determinada pelo currículo cabendo ao professor a escolha dos recursos para ensinar matemática. Observa-se que no Guia curricular do professor: programa de ensino de 1º grau (1ª à 4ª série) de 1978, (Figura 1), não havia articulação entre as *matemáticas a ensinar* e *matemática para ensinar* que auxiliassem o docente na inclusão da

teoria de conjuntos advinda do MMM; a *matemática para ensinar* neste contexto acabava reduzida aos objetivos de aprendizagem.

Os saberes para ensinar matemática na formação de professores, a partir década de 1980, passaram a ser demarcados pela *matemática a ensinar* com viés tecnicista. Essa perspectiva estava presente no currículo tanto no núcleo de disciplinas de Educação Geral quanto no início da especificidade da matemática para ensinar, evidenciada no currículo por meio da disciplina Metodologia de Ciências. Por sua vez, a Prática de Ensino e estágio supervisionado possuíam caráter validador dos saberes profissionais adquiridos na formação inicial. Nesse estágio, o futuro docente era avaliado quanto à aplicação dos conhecimentos assimilados, colocando em ação a *matemática do ensino*. Desse modo, os saberes eram articulados na elaboração do plano de aula com o propósito estrito de alcançar os objetivos operacionais previamente estabelecidos.

A *matemática a ensinar*, sedimentada ao longo daquela década possui características modernas pela influência do MMM, a despeito do enfraquecimento desse movimento em outros estados. A *matemática para ensinar*, ao final do período, apresentava saberes específicos para o ensino de matemática, com ferramentas próprias, incorporadas pela escola em sua cultura. Infere-se que a *matemática do ensino* em MS foi caracterizada pela apropriação da pedagogia tecnicista, articulada às ferramentas metodológicas por ela propagadas. Observam-se, portanto vestígios recorrentes do tecnicismo tanto no ensino de 1ª à 4ª série quanto na formação de professores no magistério de 2º grau, sedimentados na cultura escolar sul-mato-grossense até o final da década de 1980.

Conclui-se que a cultura escolar sul-mato-grossense incorporou e perpetuou o tecnicismo até o final dos anos 1980, mesmo quando essa tendência já era alvo de críticas em outros contextos nacionais. Reconhecem-se os limites deste estudo. Por tratar-se de uma pesquisa histórica, os resultados estão condicionados à preservação e ao acesso às fontes documentais. É possível que novos documentos, ainda não localizados, possam oferecer contraposições ou nuances aos dados aqui apresentados. Nesse sentido, estudos futuros poderão investigar a recepção dessas políticas por parte dos alunos das séries iniciais, bem como aprofundar as análises comparativas com outros estados da região Centro-Oeste.

6. AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A Escola Estadual São José, pelo acesso ao acervo documental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de. **Ensino de matemática nas séries iniciais no Estado de Mato Grosso (1920–1980): uma análise das transformações da cultura**. 230 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

BERTINI, Luciane de Fátima; GOMES, Larissa Pinca Sarro; OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. **Provas, Exames e a matemática do ensino**. In: BÚRIGO, Elisabete Zardo; LIMA, José Ivanildo de; OLIVEIRA, Maria Cristina Araújo de; VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). **Provas, Exames e história da educação matemática**. Boa Vista: Editora da UFRF, 2018. p. 11–76.

BERTINI, Luciane de Fátima; MORAIS, Rosilda dos Santos; VALENTE, Wagner Rodrigues. **A Matemática a ensinar e a Matemática para ensinar: novos estudos sobre a formação de professores**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

DIAS, Laura Silva. **Os saberes a ensinar e para ensinar matemática em (trans)formação no magistério de 2º grau em Mato Grosso do Sul nas décadas de 1970 e 1980**. 2025. 184 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Matemática, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/11757>. Acesso em: 01 mai. 2026.

FRANÇA, Denise Medina; CASTOR MACIEL, Paulo Roberto. **Diva Noronha: Uma expert da educação para séries iniciais no período do Movimento da Matemática Moderna (1975–1987)**. REMATEC, Belém, v. 15, n. 34, p. 70–91, 2020. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2020.n34.p70-91.id263. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/108>. Acesso em: 12 fev. 2026.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GHEMAT-BRASIL. **Glossário**. São Paulo – SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158952>. Acesso em: 30 mar. 2024.

HOFSTETTER, Rita; SCHNEUWLY, Bernard. **Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação**. In: HOFSTETTER, Rita; VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017. p. 113–172.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9–43, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta curricular – habilitação específica de 2º grau para magistérios de 1ª a 4ª série**. Campo Grande, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Mariza Salete Backes. **História e Memórias: A Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis – MS (1973–1988)**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2019.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Programas de ensino e manuais escolares como fontes para estudo da constituição da matemática para ensinar**. Alexandria, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 51–63, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/1982-5153.2019v12n2p51>. Acesso em: 12 fev. 2026.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Lydia Condé Lamparelli em ação como expert: a produção da matemática para o ensino e formação de professores**. REMATEC, Belém, v. 18, n. 46, p. e2023005, 2023. DOI: 10.37084/REMATEC.1980-3141.2023.n46.pe2023005.id569. Disponível em: <https://www.rematec.net.br/index.php/rematec/article/view/569>. Acesso em: 13 fev. 2026.

APÊNDICE – DETALHES EDITORIAIS

Histórico

Submetido: 15/01/2026

Aprovado: 11/08/2026

Publicado: 30/09/2026

Como citar esse artigo (ABNT)

DIAS, Laura Silva; SANTOS, Edilene Simões Costa dos. A Matemática do Ensino Sul-Mato-Grossense: vestígios do tecnicismo no Currículo (1970-1980). **REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura**, Belém/PA, n. 58, e2026010, 2026. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2026.n58.e2026010.id917>

Como citar esse artigo (APA)

Dias, L. S., & Santos, E. S. C. dos. (2026). A Matemática do Ensino Sul-Mato-Grossense: vestígios do tecnicismo no Currículo (1970-1980). *REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura*, (58), e2026010. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2026.n58.e2026010.id917>

Financiamento

Não se Aplica.

Conflito de Interesse

Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política de financeira referente a este artigo.

Contribuição dos Autores

Resumo/Abstract/Resumen: Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Introdução ou Considerações iniciais:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Referencial teórico:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Metodologia:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Análise de dados:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Discussão dos resultados:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Conclusão ou Considerações finais:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Referências:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Revisão do manuscrito:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos; **Aprovação da versão final publicada:** Laura Silva Dias, Edilene Simões Costa dos Santos.

CRediT – Taxonomia de Papéis de Colaborador – <https://credit.niso.org/>.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à **REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura** os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da **REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura** têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como ‘acesso aberto’ quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la – ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de Uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY NC ND 4.0)**. Essa licença permite que qualquer pessoa leia, baixe, copie, distribua e compartilhe os conteúdos, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial na **REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura**, é vedado o uso comercial e a criação de obras derivadas, incluindo traduções, adaptações ou modificações, sem autorização prévia dos autores.



Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de originalidade por meio do software **iThenticate** (Turnitin), utilizando o serviço **Similarity Check da Crossref**, com o objetivo de identificar possíveis sobreposições de texto e garantir a integridade acadêmica, a conformidade ética e a originalidade da publicação.



Processo de Avaliação

Este artigo foi submetido a um processo de Revisão por Pares Duplo-Cega (**Double blind peer review**), no qual tanto a identidade dos autores quanto a dos avaliadores permaneceu confidencial durante todas as etapas da avaliação, assegurando imparcialidade, rigor científico e integridade editorial.

Avaliadores

Dois pareceristas *ad hoc* avaliaram este artigo e não autorizaram a divulgação dos seus nomes.

Editores

Prof. Dr. Iran Abreu Mendes – Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará, Brasil

Prof. Dr. Carlos Aldemir Farias – Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará, Brasil

Editores Executivos

Prof. Dr. Luis Andrés Castillo Bracho – Universidade Federal do Pará (UFPA), Pará, Brasil

Prof. Dr. Marcos Fabricio Ferreira Pereira – Secretaria de Educação do Pará, Pará, Brasil

Número temático organizado por

Prof. Dr. Relicler Pardim Gouveia  – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Jataí, Goiás, Brasil 

Profa. Dra. Juliana Chiarini Balbino Fernandes  – Colégio Militar de São Paulo (CMSP), São Paulo, São Paulo, Brasil 

Publisher

Este artigo foi Publicado na REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura, revista do Grupo de Pesquisa Práticas Socioculturais e Educação Matemática (GPSEM), grupo vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA). A REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura publica artigos, resenhas e entrevistas provenientes de estudos e pesquisas das áreas de Educação, Ensino, Cultura e Educação Matemática e Científica, propiciando um diálogo e subsídios para o desenvolvimento do conhecimento científico. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial da REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura ou do referido grupo de pesquisa. Na Avaliação CAPES (2021-2024) a referida revista obteve **Qualis A3**.

